



RACISMO ERRANTE: MUITO ALÉM DA ALEMANHA NAZISTA

Victória Regina Vóros¹

¹ Graduanda em História pela Universidade do Sagrado Coração – Bauru/SP. Trabalho realizado sob orientação dos professores Dra. Lourdes M. G. Conde Feitosa e M.e Roger M. M. Gomes.

RESUMO

O objetivo do presente artigo é situar a questão do antissemitismo, seus significados e implicações sociais, no contexto de implantação da ideologia Nacional Socialista na Alemanha, de 1933 a 1945. Apresentar a dispersão judaica como um reflexo direto do recrudescimento da perseguição aos judeus e do Holocausto, dando ênfase a sua fuga para o Brasil. Analisar os principais aspectos da relação que o Estado brasileiro construiu relação a este grupo.

Palavras-chave: Antissemitismo. Holocausto. Brasil.

“Seguirei escrevendo. Este é o meu heroísmo. Prestarei testemunho, testemunho preciso.”
(KLEMPERER¹, 1942).

INTRODUÇÃO

Discutir assuntos como Nazismo, Antissemitismo ou Segunda Guerra Mundial, em primeira instância, parece mais uma contribuição acadêmica, entre milhões delas. Muito já foi escrito, muitos filmes, livros, reportagens e coleções editoriais de sucesso já foram produzidas. Portanto, este trabalho viria como mais um pouco de glacê para bolo já maravilhosamente decorado.

No entanto, ao pensar sobre essa história recente e ao notar a atualidade de todas as discussões que rodeiam os temas como Antissemitismo, Holocausto, racismo, intolerância ao diferente, seja ele praticante de uma religião diversa, negro, amarelo ou homossexual, nota – se que ainda há muito a se refletir.

Num cenário internacional no qual está em pauta questões como limites territoriais, guerras de teor religioso e cada vez mais ascendem ideias fundamentalistas que resultam em

¹ Frase escrita pelo judeu Victor Klemperer em seus famosos diários. As anotações encontradas foram editadas e reunidas para o lançamento de um livro. A edição brasileira de “Os diários de Victor Klemperer é de 1999, em edição única, da Companhia das Letras, São Paulo.

conflitos militares, torna – se fundamental que certas temáticas sejam repensadas e discutidas para que a memória histórica cumpra com seu papel: reviver e rediscutir eventos do passado que nos motivem a evoluir sempre, evitando que comportamentos deterministas, preconceituosos e violentos se repitam.

Várias discussões têm surgido na imprensa nacional e internacional, trazendo a Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos como foco. Em parte devido a comemoração, no ano de 2015, dos 70 anos do fim do conflito. Estadistas se pronunciaram, o parlamento alemão convidou um historiador a palestrar, Auschwitz fez sua cerimônia, a qual diversos países mandaram representantes, além da presença dos últimos sobreviventes. A Rússia fez o seu desfile da vitória e o presidente Vladimir Putin enalteceu o papel do Exército Vermelho na conquista da vitória final sobre o Eixo, contradizendo os discursos hegemônicos sobre o papel definitivo desempenhado pelos ingleses e americanos.

Novas demandas por estudos historiográficos, neste mesmo sentido, surgem recentemente com os atuais ataques terroristas que vem ocorrendo contra os países europeus. Dada a raiz das motivações dos ataques se traduzirem em interesses econômicos das principais potências, diferenças culturais em contraste, fundamentalismo religioso e supervalorização de certos valores culturais em detrimento de outros, torna – se fundamental o ato de repensar o fascismo e o racismo neste novo contexto.

Dentre todos os acontecimentos, um destaca – se: o julgamento do ex -contador de Auschwitz, Oskar Gröning. Nonagenário, o ex – membro da SS foi recentemente julgado pelos seus crimes de guerra. Após anos e anos do fim do conflito, ainda se discute sobre a impunidade de culpados e a ineficácia dos argumentos utilizados contra os criminosos de guerra logo após o fim do conflito. Obviamente que naquele contexto julgar, condenar ou simplesmente ignorar era uma questão que envolvia muitos interesses. Mas hoje as discussões procuram analisar a inércia na qual os alemães entraram, na tentativa de esquecer o ocorrido ou mesmo negar situações, dentre elas o Holocausto. Gröning, então, vem tardiamente responder por seus crimes para que a responsabilidade seja reconhecida, até mesmo para aqueles que não empunharam uma arma.

No ambiente onde abundam discussões, textos e filmes dramáticos, questões mal solucionadas transbordam evidenciando o lado supérfluo desses embates. Entre neonazistas, preconceito contra negros, amarelos e homossexuais, mulheres e idosos; diante do crescimento de doutrinas fundamentalistas, do louvor de figuras autoritárias e de

recrudescimento das intolerâncias em diversos contextos do globo, podemos nos perguntar: qual a importância das discussões sobre o Holocausto, seus precedentes e consequências, nas atuais circunstâncias?

Uma resposta simples me surge: analisar e compreender que o Holocausto nada mais foi que a expressão máxima de sentimentos humanos nocivos, que conduzidos pela ânsia de dominação e pela sede do poder, junto da intolerância a diferença e a supervalorização do próprio grupo, leva a tragédias sem igual (ARENDDT, 2014). Sentimentos e noções estas, que estranhamente ainda circulam na sociedade humana. Ideias que mais parecem àquela poeira chata, ainda que se limpe a casa, ela continua aí. O presente trabalho pretende questionar se os produtos de limpeza estão adequados

Longe de trazer soluções prontas e acabadas e mais longe ainda de buscar definições fixas, este trabalho pretende discutir o tema do Holocausto na tentativa de salientar o quão presente é este contexto em nossa geração e de que forma ele pode nos ajudar a empreender melhores políticas sociais, que busquem a tolerância, o respeito, a solidariedade e afins. Compreender que as asserções e valores defendidos pela ideologia Nazista eram compartilhados por diferentes sociedades, embora em medidas distintas. Por fim, observar que o Brasil, imerso no contexto do período, apresentou políticas derivadas de ideias nazifascistas, representadas pela própria figura do presidente, Getúlio Vargas.

A ALEMANHA, O NSDAP, UMA GUERRA E UM GENOCÍDIO

Adolf Hitler [...]. Mas, apesar de toda sua responsabilidade moral pelo que aconteceu sob seu regime autoritário, uma explicação personalizada seria uma simplificação grosseira da verdade. Poder – se – ia dizer que Hitler oferece uma ilustração clássica da máxima de Karl Marx de que “os homens fazem sua história [...] mas [...] sob condições determinadas e impostas”. Em que medida “condições determinadas e impostas”, eventos impessoais fora do controle de qualquer indivíduo, por mais poderoso que fosse, moldaram o destino da Alemanha; quanto pode ser posto na cota da contingência, até mesmo do acidente histórico; o que pode ser atribuído às ações e motivações do homem extraordinário que governou o país naquela época: tudo isso precisa ser investigado. [...]. Respostas simples não são possíveis (KERSHAW, 2008, p. 25).

Kershaw (2008), em sua louvada biografia sobre o ditador alemão Adolf Hitler, dá ao governante sua devida importância no regime e seus desdobramentos, mas questiona a figura

cesarista que muitas vezes é veiculada. Hitler foi um produto de seu tempo, e em nada se compara a um ser sobrenatural. Centrando a discussão em aportes historiográficos, o autor evita cair nas discussões sobre a psicologia do ditador. Em suma, começar por desmistificar o ídolo e trazer para a luz o homem por trás do mito, poderia ser um bom começo para despir Hitler e os eventos da Segunda Guerra da glória que lhes é cedida.

O *Nationalsozialistische Deutsche Arbeitspartei* (NSDAP) ou Partido Nacional Socialista dos trabalhadores alemães, alçou o poder em 1933. Após a morte de Paul von Hindenburg, então eleito presidente da Alemanha, em Agosto de 1934, Hitler é o chefe máximo e incontestado. Já na altura do ano de 1934 podemos observar o início das prisões de inimigos políticos em campos de concentração, o processo de “arianização” de empresas e sociedades, nas quais ocorria a exclusão de membros judeus e o banho de sangue da S.A. nas ruas estava a todo vapor.

Já em 1935 temos o anúncio das Leis de Nuremberg, novos pogroms ocorreram e além dos judeus, a intolerância atinge novos grupos. Com o desaparecimento da atividade oposicionista, tirando poucas manifestações comunistas e sociais – democrata, a atenção aos judeus recrudescer e se estende aos ciganos, homossexuais, vagabundos, bêbados, jogadores, prostitutas ou qualquer membro da sociedade que viesse a contribuir para a degeneração da raça ariana.

Esse tipo de política eugenista, pautada em uma medicina higiênica, não é uma exclusividade nazista. Podemos encontrá-la desde fins do século XIX em várias localidades do globo, influenciada pelo crescimento da ciência, do positivismo, da biologia e do prestígio das ciências exatas. No ímpeto de justificar a dominação de outros povos, a medicina eugenista foi usada em diversos contextos e atendeu a muitos interesses.

É nesta linha de pensamento que em 1938 e 1939 será implantado o programa *Aktion T4*, no qual os deficientes físicos, doentes degenerados ou mentais e portadores de doenças hereditárias serão mortos por gás (Monóxido de carbono – CO₂) em hospitais psiquiátricos. Considerados como gastos excessivos e desnecessários para Estado, além do perigo que representam para raça, tudo justificaria a necessidade de eliminá-los. Além destes, houve o esforço de esterilização de alguns membros da sociedade, para impedir que estes pudessem gerar filhos com impureza racial ou características indesejáveis. Era o esforço do embelezamento do povo e do fortalecimento da raça (EVANS, 2014).

Em 1938 há também o assassinato de um diplomata alemão na França, Ernst vom Rath, pelo jovem judeu Herschel Grynszpan. Os desdobramentos do caso culminaram na famosa Noite dos Cristais em 09 de Setembro de 1938 (*Reichsprogmnacht*). Como de costume em diversos episódios do período nazista, ordens não foram claramente dadas, mas atitudes foram sugeridas pela liderança nazista, de modo a abrir espaço para interpretação. Desde que cada um fizesse sua parte, estava subentendida a vontade dos líderes e só restava aos peixes pequenos colocar em prática.

Tendo tomado as decisões, Hitler concordou com Goebbels que elas deveriam ser apresentadas aos fiéis do Partido, em um ato calculado de fraude teatral, como uma reação no calor do momento ao assassinato de vom Rath, tomada em um espírito de choque e raiva súbitos (EVANS, 2014, p. 653).

E foi assim que no desenrolar dos acontecimentos, uma onda de violência tomou a Alemanha. As ordens foram anotadas por Heintich Müller, subordinado de Heinrich Himmler, e também escritas no dia seguinte no diário de Joseph Goebbels:

Ações contra judeus, em particular contra suas sinagogas, ocorrerão muito em breve na Alemanha. Elas não devem ser interrompidas. Entretanto, devem ser tomadas medidas em cooperação com a Polícia de Ordem para se evitar saques e outros excessos especiais... A detenção de cerca de 20 mil a 30 mil judeus no Reich deve ser preparada. Sobretudo judeus de posse devem ser escolhidos (EVANS, 2014, p. 655).

Este episódio marca em definitivo a sorte dos judeus. Após anos de sofrimento com leis excludentes e humilhantes, como as de Nuremberg, proibidos de se integrarem a sociedade, tendo suas empresas “arianizadas”, presos em campos, muitos haviam se refugiado fora do Reich e aos que restaram sobrou a espera por um destino obscuro.

Com seu humor mordaz característico, atenuado por um tom irônico, o povo de Berlim logo começou a referir – se a 9 – 10 de Novembro como a “Noite dos Cristais do Reich”, ou noite dos vidros quebrados. Mas os camisas - pardas destroçaram mais que vitrines de lojas; invadiram prédios judaicos por toda parte, destruíram o que havia no interior e saquearam o que podiam. E depois rumaram para as casas em apartamentos de famílias judaicas com o mesmo intento (EVANS, 2014, p. 656).

É neste contexto de repressão que vários judeus decidem imigrar. Famílias inteiras ou mesmo indivíduos isolados buscavam junto às associações judaicas o auxílio para conseguir fugir do país. Sobre o episódio, Victor Klemperer anotou em seu diário em 31 de Dezembro de 1938:

Não quero, porém, afirmar precipitadamente que já atingimos o último círculo do inferno. Contanto que a incerteza não seja o pior. [...] Nos últimos tempos, realmente tentei sair daqui por todos os meios imagináveis: a lista de minhas publicações e meus apelos de s.o.s foram mandados a toda parte: a Lima, a Jerusalém, a Sidney a aos *quakers* em Livingsstone. [...]. Porém, é mais que questionável que qualquer coisa disso sirva pra algo (KLEMPERER, 1999, p. 260, grifo do autor).

Com o início da guerra, a política antissemita avança. Embora não tivessem desde o início em mente a morte sistemática de todos os judeus da Europa, a ideia começou a soar uma possibilidade. Com a invasão do Leste em 1941, em particular do território russo, após a morte de milhares de judeus poloneses que vinham ocorrendo desde 1939, as coisas passaram a piorar. Na Polônia, os judeus foram fuzilados, suas propriedades invadidas e saqueadas. Para lideranças como Heinrich Himmler, os territórios do leste seriam acrescidos ao Reich e com a eliminação da população judaica ali residente, alemães étnicos poderiam ser realocados para ocupar estes lugares (LONGERICH, 2008).

[...] o Gabinete Central de Segurança do Reich elaborara um plano geral para o Leste, que foi apresentado em novembro de 1941 e que partir da premissa de que, ao lado dos territórios poloneses anexados e do Governo – Geral, também o distrito de Bialystok, o Báltico, a Ucrânia Ocidental e a Bielorrússia seriam colonizados por alemães. A precondição para isso seria a expulsão de 31 milhões de habitantes dessas regiões (LONGERIC, 2008, p. 582).

Na Rússia esta passou a ser uma ambição real, prova disto foram as lutas internas entre lideranças como Himmler, Walther Darré e Alfred Rosenberg, o encarregado máximo das chefias no leste. Cada qual com suas ideias pretendiam efetivar o domínio alemão á seu modo, sendo que a vontade destes era distinta dos desígnios de Hitler e assim por diante. Havia mais interesses por trás da política antissemita do que pode considerar nossa vã imaginação. Digo isto visto que entre os milhões a serem “expulsos” a maioria eram judeus, que traduzindo a realidade dos acontecimentos, ao invés de simplesmente expulsos, foram

mortos: fuzilados e assassinados posteriormente em câmaras de gás. No entanto, o plano recolonizador nunca chegou a ser realizado, com exceção de alguns alemães do Reich que se mudaram para a região dos Sudetos, na Tchecoslováquia.

Ao adentrar o território russo, forças – tarefa foram montadas por Himmler para seguir na retaguarda as tropas de Wehrmacht. Essas eram compostas por membros da SS armada (*Waffen SS*) que deveriam assegurar a “segurança da ocupação”. Esta segurança pode ser facilmente identificada como o assassinato de inimigos políticos e judeus. Às *Einsatzgruppen*, Hitler ordenou que fuzilassem até mesmo aqueles que olhassem de esguelha (EVANS, 2014).

Com o passar dos acontecimentos e principalmente com o aumento do número de fuzilamentos no Leste, a possibilidade de acabar com todos os judeus da Europa viu – se comprometida. Na altura de 1941 e após a invasão do Leste soviético, a ideia de eliminar toda a população judaica europeia já estava em discussão. No entanto, fazer isso apenas através dos fuzilamentos sairia muito caro para os alemães. Outros métodos teriam de ser criados.

Mortes por gás já vinham ocorrendo, mas o gás utilizado ainda era o Monóxido de Carbono. Este método havia sido empreendido pela primeira vez durante o programa *Aktion T4*, no qual furgões eram preparados e recebiam pacientes na carroceira. Fechados no interior do furgão, uma mangueira levando o CO₂ saído do escapamento deveria ser encaixada de modo a jogar o gás dentro da carroceria ocupada pelos pacientes, que dentro de vinte minutos, morriam asfixiados. Estes furgões de gás foram utilizados na Polônia e URSS pelas *Einsatzgruppen*. Milhares de pessoas morreram deste modo.

Mas em janeiro de 1942, na Conferência de Wansee, presidida por Reinhardt Heydrich, foi definitivamente discutida a Solução Final. Ficou decidido que um método mais barato e mais eficiente para matar muitas pessoas ao mesmo tempo deveria ser empreendido. Em meados de fins de 1941 e início de 1942, em Auschwitz, então presídio de prisioneiros de guerra poloneses e russos, foi testado o uso de Zyklon – B (Ácido Cianídrico, Cloro e Nitrogênio). Este era um pesticida altamente comercializado para garantir a higienização dos lares. No entanto, em contato com a temperatura ambiente (26°C), ocorre a sublimação, liberando um gás altamente letal.

Com todas as ideias concebidas, o cerco estava montado. Tudo veio a se complicar com o assassinato de Heydrich por agentes ingleses em junho de 1942. Após esta data, podemos dizer que o recrudescimento das práticas genocidas foi mais que premeditado. Mas

tudo esse esforço só foi possível mediante acordos financeiros. Evidenciando que o Holocausto foi além de ideologia.

O Conglomerado químico I.G Farben (hoje Bayer e BASF), detentor do monopólio alemão no segmento, foi um grande parceiro dos Nazistas. Produtor do Zyklon – B, da Buna (borracha sintética) e de combustíveis, a empresa comprava judeus e prisioneiros de guerra para trabalharem em regime escravo em suas empresas além de até mesmo construírem um subcampo em Auschwitz, o famoso Auschwitz – Monowitz, para usar mão de obra dos prisioneiros do Campo de Birkenau na filial produtora de Buna. Empresas como Volkswagen, Siemens, Krupp e Allianz também participaram no processo de consolidação dos ideais nazistas. Isto nos leva a refletir sobre a responsabilidade pelo genocídio. Evidências apontam que está muito além das mãos dos líderes nazistas, mas sim distribuídos pelas mãos de muitos (EVANS, 2014).

O cheque – mate do Holocausto reside na morte sistemática nas câmaras de gás de 400 mil judeus húngaros. Tal episódio só foi possível mediante negociações do próprio governo da Hungria com nazistas como Adolf Eichmann. Outros governos também forneceram subsídios para o transporte de judeus, dentre estes a Romênia, Eslováquia, França e Áustria. É nesta perspectiva que Arendt (2014) argumenta em relação a corresponsabilidade europeia nos eventos do genocídio judaico, salientando que até mesmo os silêncios, seja da sociedade alemã ou de países europeus, marcam uma parcela de participação.

É a questão, portanto, dos silêncios propositais dos governos ou mesmo a rejeição destes em receber os refugiados judeus que reside o nosso interesse principal. O próprio silêncio dos Estados europeus e americanos, suas problemáticas com apátridas e refugiados judeus, nos mostram que o sentimento antissemita e a rejeição do diferente, a busca pela raça perfeita e a exclusão daqueles que não atendessem os ideais de raça, incluindo deficientes físicos, mentais e portadores de doenças hereditárias, estavam muito além das fronteiras alemãs.

Afirmou – se várias vezes que a ideologia racial foi uma invenção alemã. Se assim realmente fosse, então o “modo de pensar alemão” teria influenciado uma grande parte do mundo intelectual muito antes que os nazistas se engajassem na malograda tentativa de dominar o mundo. Pois se o hitlerismo exerceu tão forte atração internacional e intereuropeia durante os anos 30, é porque o racismo, embora promovido a doutrina estatal só na Alemanha, refletia a opinião pública de todos os países. Se a máquina política de guerra

dos nazistas já funcionava antes de setembro de 1939, quando os tanques alemães iniciaram sua marcha destruidora invadindo a Polônia, é porque Hitler previa que na guerra política o racismo seria um aliado mais forte na conquista de simpatizantes do que qualquer agente pago ou organização secreta de quinta – colunas. Fortalecidos pela experiência de quase vinte anos, os nazistas sabiam que o melhor meio de propagar a sua ideia estava na política racial, da qual, a despeito de muitas outras concessões e promessas quebradas, nunca haviam se afastados por amor a conveniência. O racismo não era arma nova nem secreta, embora nunca antes houvesse sido usada com tão meticulosa coerência (ARENDR, 2014, p. 233).

O BRASIL, UM PAÍS RACISTA

A publicação destes documentos antissemitas, produzidos durante a ditadura Vargas, trouxe à tona um lado de nossa História até então omitido e acobertado pela visão oficial. Em muitos destes casos, a verdade histórica compromete a imagem que as instituições pretendem fazer de si mesmas ou de seus homens. Essa atitude não é novidade, pois o Estado frequentemente impõe *silêncios* com o objetivo de preservar os mitos que lhe dão sustentação. Em função disso não podemos ser coniventes com esse *fenômeno do esquecimento por interesse* (CARNEIRO, 2001, p. XVIII, grifo do autor).

Pelo texto de Carneiro, podemos apreender que muito de nossa História foi mantida longe de nossos olhos, a favor de interesses. É, porém, momento de desvelar o antissemitismo e o racismo por trás dos discursos nacionalistas brasileiros na era Vargas.

A política imigratória brasileira, encabeçada por Oswaldo Aranha como Ministro das Relações Exteriores, buscava deixar entrar no país somente indivíduos valiosos para o enriquecimento da nação brasileira e o refinamento da raça.

Indivíduos considerados semitas, negros, propensos a formar quistos raciais, ou doentes variados eram considerados por nossas autoridades como elementos indesejáveis (CARNEIRO, 2001).

Como estrangeiros indesejáveis foram classificados: aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, surdo – mudos; indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres; os que apresentam afecção nervosa ou mental; doentes de moléstias infecto – contagiosas graves (tuberculose, infecção venérea, lepra, etc.); com lesões orgânicas, como insuficiência funcional etc (CARNEIRO, 2001). Percebe – se que as distinções estão fundamentadas em concepções eugenistas.

O Brasil, inserido no contexto mundial de valorização das ideias organicistas, que promoviam a superioridade de certos grupos em relação a outros, passou a incorporar os ideais darwinistas de evolução e higiene racial. Elementos fenotípicos e atributos externos passaram a ser caracterizadores da moral dos indivíduos. Estes elementos evidenciam o “fardo imperialista” nas concepções humanas e o radicalismo diante das diferenças culturais.

O Brasil, no entanto, construiu suas próprias concepções da raça adequada. Dada a óbvia situação de miscigenação existente no país, esta passa a ter um caráter de brasilidade e originalidade. O período do governo de Vargas, destaca – se portanto, pela valorização da mistura em detrimento da construção do ideal nacional, ideia esta também compartilhada com os regimes nazi - fascistas, que trabalharam na construção da comunidade racial nacional (*Volksgemeinschaft*) (SCHWARCZ, 1998).

O “cadinho das raças” aparecia como uma versão otimista do mito das três raças (branco, indígena, negro) [...] Era assim que o cruzamento das três raças passava a singularizar a nação neste processo que leva a miscigenação a parecer sinônimo de tolerância e hábitos sexuais da intimidade a se transformarem em modelos de sociabilidade (SCHWARCZ, 1998, p. 194).

Neste cenário de construção da brasilidade, todo e qualquer grupo distinto que viesse a formar “quistos raciais” eram tidos como inimigos da constituição da nacionalidade brasileira.

Ligando o cenário nacional brasileiro aos acontecimentos da Alemanha Nazista e a consequente expulsão judaica, temos um contexto onde o nazi – fascismo surge como uma fonte de inspiração para algumas das medidas legislativas e imigração para o Brasil.

Alguns países chegaram mesmo a manter contatos com a Gestapo e a GPU, entregando – lhe judeus como “prisioneiros políticos” Outros tentaram se desfazer desses “grupos minoritários”, expulsando – os [...] Gostaríamos de lembrar o caso de Olga Benário, esposa de Carlos Prestes, que foi presa no Brasil pela polícia de Filint Müller e entregue aos oficiais da GESTAPO. Olga foi executada na câmara de gás da cidade alemã de Bernburg, no dia de Páscoa de 1942 (CARNEIRO, 2001, p. 34).

Ainda segundo Carneiro (2001), o Estado Novo foi um ambiente propício para o desenvolvimento do antissemitismo e outros tipos de preconceito. Mas isto não quer dizer que ele tenha nascido nas entranhas do governo Vargas. Segundo a autora o antissemitismo vinha sendo fomentado por certas ideologia já a algum tempo dentro do Brasil. Entre altos e baixos

deste pensamento, este veio a eclodir nos anos 30, insuflados pelos acontecimentos da política nacional e internacional.

Esses princípios foram retomados na década de 30, num momento de recuo das ideias liberais e de avanço do pensamento clássico da direita europeia, racista e imperialista. A burguesia brasileira, aliada à aristocracia cafeeira, encontrou uma saída “racional” para justificar sua dominação estruturada, a partir de 1937, sob a forma de uma ditadura. Por outro lado, esse arsenal de argumentos racistas e de exatidão as raças eugênicas gerou um clima propício à circulação de ideias antissemitas (CARNEIRO, 2001, p. 47).

A autora continua sua linha de argumentação, evidenciando a proximidade dos ideais de raça circulantes no Brasil com os meandros da doutrina racial alemã:

Tais conceitos foram retomados na década de 30, somando – se a ideias de nacionalismo e de eugenia, e foram requisitados pelos órgãos governamentais e grupos de direita para pregar a construção de uma nacionalidade forte e autenticamente brasileira. A recuperação dessas ideias coincidiu com o recrudescimento do antissemitismo alemão, com a ascensão do Nazismo e com o estreitamento das relações comerciais entre o Brasil e a Alemanha (CARNEIRO, 2001, p. 48).

Quanto a comunidade judaica, o nosso Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, classifica-a como problema internacional.

- a) Que o problema judeu tem se manifestado desde que as perseguições recrudesceram em diversos países da Europa.
 - b) Que indivíduos dessa “raça” foram expulsos e perseguidos, sendo forçados a procurar asilo. Fora de sua pátria *criaram um grave problema de ordem internacional exercendo pressão sobre os países, inclusive o Brasil.*
 - c) Precisando encontrar refúgio fora da Europa, “*passaram a lançar mão de ardis para subtrair – se a situação intolerável*”.
 - d) Proliferavam, em toda parte, comitês e escritórios destinados a facilitar a imigração semita.
- Através dessa argumentação, Oswaldo Aranha transformou os judeus de vítimas em promotores do problema internacional, utilizando – se da coação como estratégia (ardis) (CARNEIRO, 2001, p. 215, grifo do autor).

Observamos, portanto, que nossas autoridades partilhavam claramente das ideias antissemitas que circulavam na Europa, deixando transparecer este racismo até mesmo em documentos oficiais dirigidos aos Ministérios. Essa postura de claro racismo presente nos documentos oficiais das embaixadas brasileiras, nos leva a

questionar o teor do envolvimento do Estado Novo em relação as políticas e legislação antissemita. Quanto a este fator, Carneiro (2001, p. 79) argumenta:

As decisões antissemitas que marcaram este período não foram tomadas á revelia do chefe do Estado ou simplesmente em função da conjuntura do momento, de forma pragmática. Pensamento e ação integravam um núcleo ideológico, cujo componente racista refletia uma fase anterior de importação das teorias raciais europeias e que foram reforçadas pela persistência das doutrinas nazi – fascistas no Brasil.

O Estado novo criou argumentos oficiais para respaldar seu posicionamento perante a imigração de indivíduos “indesejáveis” do ponto de vista desenvolvimentista e ligados também ao bem estar da comunidade nacional. Receber determinados indivíduos poderia ser nocivo para a nação brasileira em diversos aspectos, segundo o pensamento oficial do período.

Conforme manifestação de um “chefe de serviço” do Departamento Nacional de Povoamento “ a infiltração na comunidade brasileira desses *elementos de influência perniciosa* estava prejudicando a economia nacional com as organizações fechadas, os trustes que sufocavam o desenvolvimento do país em benefício de uma “*classe reduzida de exploradores*” (CARNEIRO, 2001, p. 82, grifo do autor).

A partir dos argumentos de Carneiro (2001), podemos identificar na política imigratória brasileira uma clara tendência racista pautada na conexão ideológica existente entre o governo do Estado Novo e as potências nazi – fascistas, Itália e Alemanha. Excertos vêm então evidenciar que este racismo institucionalizado não ocorria a revelia do governante Getúlio Vargas, mas sim que era reconhecido por ele além de integrar documentação oficial.

É importante frisar que esta pesquisa não tem o intuito de verificar a assimilação da população judaica dentro da sociedade brasileira, mas sim identificar a expressão antissemita do Estado brasileiro, inserido no contexto internacional ligado ao nazi – fascismo, além do contexto nacional de assimilação das ideias de eugenia e raça, expressas em políticas oficiais traduzidas em legislação imigratória altamente segregacionista.

O governo Vargas encontrou nestes regimes não apenas um modelo de prática política, mas deixava transparecer uma grande admiração e simpatia por Hitler e Mussolini, como chefes de Estado; e, ainda mais, pela organização do exércitos Nazistas marcados pela ordem submissão. O Brasil

não escondia sua admiração pela tecnologia alemã, a mesma tecnologia avançada empregada para a destruição de milhares de judeus. (CARNEIRO, 2001, p. 85).

Na mesma linha de raciocínio a autora continua:

[...] ideologicamente, figuras chave do governo Vargas , como Dutra, Goes Monteiro e Filinto Müller, chefe da Polícia Política, tendiam abertamente para o Eixo, visto que estes lhes oferecia melhores condições para o rearmamento. Entre 1938 e 1939 o Brasil não só ampliou suas relações comerciais com a Alemanha, o que preocupava muito o governo americano, como também ocorreu um estreitamento de relações entre as Forças Armadas brasileiras e alemãs (CARNEIRO, 2001, p. 87).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sentimento racista era um elemento generalizado no contexto da Segunda Guerra Mundial, não estando reduzido apenas a Alemanha de Hitler ou a Itália fascista. Podemos ver que a ascensão ao poder de ideologias como a Nacional – Socialista só foi possível mediante o compartilhamento dos seus ideais, mesmo que com absorções particulares, em diversos países do globo.

Quanto a isto Arendt (2014, p. 233) argumenta:

A verdade histórica de tudo isso é que a ideologia racista, com raízes profundas no século XVIII, emergiu simultaneamente em todos os países ocidentais durante o século XIX. Desde o início do século XX, o racismo reforçou a ideologia política imperialista. O racismo absorveu e reviveu todos os antigos pensamentos racistas, que, no entanto, por si mesmos, teriam sido capazes de transformar o racismo em ideologia.

Assim, evidenciamos que, filho que de um movimento que vinha tomando corpo desde o século XIX, o racismo eclode no século XX. Como doutrina de Estado teve sua expressão máxima na Alemanha de Hitler, sendo uma premissa racial, mas recheada de interesses políticos e econômicos em sua retaguarda, não constituindo uma expressão inocente de uma ideologia racial. Arendt (2014) vem confirmar o poder da ideologia racista ao argumentar sobre seu poder propagandístico e principalmente na defesa de que a internacionalização dos ideais nazi – fascista só foi possível mediante a assimilação dessas ideias por outras sociedades.

Neste ponto então, fica evidente que o racismo é errante e não particular a uma única sociedade. Embora cada nação tenha seu próprio de assimilar as práticas racistas, muitas a apresentam.

No caso brasileiro, abstendo – nos neste ponto de discutir diversos racismo dentro da sociedade brasileira, o antissemitismo esteve sim presenta no Brasil dos anos 30, oficializado e empoderado pelo Estado Novo, sendo legalizado na Constituição Brasileira do período, o que significa que além de simpatia, o Brasil endossou práticas antissemitas. E ao proibir ou simplesmente dificultar a entrada de judeus no país durante o contexto do Holocausto, acabou por assumir sua corresponsabilidade no genocídio judaico, relegando muitos judeus a situação de apátridas.

Dada a situação internacional de conflitos que tem gerado um número expressivo de novos apátridas, vale a reflexão de Arendt sobre a condição do indivíduo que a nenhum Estado pertence. Embora dirigido ao contexto do Holocausto, pode ajudar – nos a refletir sobre nossa sociedade atual:

A calamidade dos que não tem direitos não decorre do fato de terem sido privados vida, da liberdade ou da procura da felicidade, nem da igualdade perante a lei ou da liberdade de opinião – fórmulas que se destinavam a resolver problemas dentro de certas comunidades – mas do fato de já não pertencerem a qualquer comunidade. Sua situação angustiante não resulta do fato de não serem iguais perante a lei, mas sim de não existirem mais leis para eles; não de serem oprimidos, mas de não haver ninguém mais que se interesse por eles, nem que seja para oprimi-los. Só no último estágio de um longo processo o direito a vida é ameaçado; só se permanecerem absolutamente “supérfluos”, se não se puder encontrar ninguém para “reclamá-los”, as suas vidas podem correr perigo. Os próprios nazistas começaram a sua exterminação dos judeus privando – os, primeiro, de toda condição legal (isto é, da condição de cidadãos de segunda classe) e separando – os do mundo para ajuntá-los em guetos e campos de concentração; e, antes de acionarem as câmaras de gás, haviam apalpado cuidadosamente o terreno e verificado, para sua satisfação, que nenhum país reclamava aquela gente. O importante é que se criou uma condição completa de privação de direitos antes mesmo que o direito vida fosse ameaçado (ARENDR, 2014, p, 402).

Para concluir:

A noção de que o problema do apátrida era primariamente judeu, foi um pretexto usado por todos os governos que tentavam resolver o problema ignorando – o. Nenhum dos estadistas se apercebia de que a solução de

Hitler para o problema judaico – primeiro, reduzir os judeus alemães a uma minoria não reconhecida na Alemanha; depois, expulsá-los como apátridas; e, finalmente reagrupa-los em todos os lugares em que passassem a residir para enviá-los aos campos de extermínio - era uma eloquente demonstração para o resto do mundo de como realmente “liquidar” todos os problemas relativos às minorias e apátridas (ARENDDT, 2014, p. 394).

NOMADIC RACISM: BEYOND THE NAZI GERMANY

ABSTRACT

This article aimed to establish the question about anti-Semitism, its meaning and social implications in the context of the introduction of the National Socialist ideology in Germany from 1933 to 1945. As well as, to show the Jewish dispersion as a direct reflex of the Jewish persecution and the Holocaust aggravation, emphasizing their escape to Brazil and analyze the main aspects of the relation Brazil built in relation to this group.

Keywords: Anti-Semitism. Holocaust. Brazil.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **Origens do totalitarismo**. 2. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2014.

CARNEIRO, M. L. T. **O antissemitismo na Era Vargas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

EVANS, R. **A chegada do Terceiro Reich**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2014.

_____. **Terceiro Reich em guerra**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2014.

_____. **Terceiro Reich no poder**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2014.

HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KERSHAW, I. **Hitler**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

KLEMPERER, V. **Os diários de Victor Klemperer: testemunho clandestino de um judeu na Alemanha Nazista - 1933 – 1945**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LONGERICH, P. **Heinrich Himmler: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

SCHWARCZ, L. M. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: _____ (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4.